Aos vinte e nove de setembro de dois mil e dezesseis as nove horas reuniram-se na Sala dos Conselhos Superiores na Unicentro, Campus Santa Cruz, os professores: Aldo Nelson Bona, Carlos Roberto Ferreira, Carmen Lúcia Gomes de Salis, Cláudia Cabral Rezende. Daniela Silva da Silva, Eliane Streck Schimin, Elisa A. da Rosa, Karen Cristiane Justi, Karina Worm Beckmann, Laurete Ruaro, Maria Paula Costa, Neide Hiroki Takata, Raquel Cristina Mendes Carvalho, Osmar Ambrósio de Souza, Regina Célia Habib Padilha, Saulo Rodrigues de Carvalho, Terezinha Saldanha e Wanda Terezinha Pacheco dos Santos. No Campus de Irati estiveram presentes na sala de web conferência os professores: A professora Joyce não me enviou o nome dos professores que copmpareceram A Professora Marquiana dá início a reunião passando alguns informes que serão esclarecidos pela professora Regina Célia Habib Padilha e também pelo Professor Aldo. A prof. Regina apresenta algumas questões preocupantes tais como a alteração da forma dos cursos que provavelmente demandará mais trabalho para os setores, para a Direção Acadêmica, para a Coordenação de Tecnologias, mas que há a possibilidade. Ressalta a importância de todos o NDEs conversarem para verificação se a Universidade está disposta, se os Conselhos Superiores aprovam e se este é o desejo dos NDEs, a realização das matrículas por disciplina. Porém, ela afirma que o ideal seria todos os cursos realizarem a mesma modalidade, possuindo o aval da reitoria para a realização dessas discussões no Fórum e tudo o que for apontado será sistematizado e enviado para decisão nos Conselhos Superiores. Atualmente, os cursos trabalham com oferta e disciplinas anuais e com disciplinas semestrais, alguns cursos são totalmente anuais e outros totalmente semestrais, outros mesclam disciplinas anuais com disciplinas semestrais, sendo necessário diante das demandas repensar a questão da internacionalização ou a mobilidade nacional, questões que vem da curricularização da extensão, o qual o impeditivo, a rigidez da composição curricular o onde já foi realizado pelos NDEs. As pró-reitorias estão sistematizando o que foi apresentado em reunião anterior pelos setores, também está em análise o processo de realização de matrículas. Será realizado um levantamento para verificação de quem se dispõe a realizar essa mudança, tendo a possibilidade de trabalhar com regimes mistos, porém acarretará mais trabalho à equipe e toda a discussão dos NDEs e do fórum, onde será levado para votação nos Conselhos Superiores. A Professora Regina declarou que os pró reitores de ensino e de graduação foram surpreendidos no mês de agosto por uma declaração em uma reunião do Fórum em Manaus, onde o Pró Reitor de Graduação da Universidade de Goias, Professor Luiz Melo fez menção a possibilidade de revogação das quatrocentas horas da Resolução nº 02/2015. Segundo ela nós fomos pegos de surpresa, não era de nosso conhecimento, principalmente para quem é das Universidades Estaduais. A partir dessa manifestação do Pró-Reitor, buscou -se maiores informações sobre essa afirmação, onde verificou-se um oficio do dia vinte e três de agosto da ANDIFES que relata uma reunião ocorrida entre a Secretaria de Ensino Superior, Professor Paulo Baroni que está a frente dessa Secretaria e uma comissão de diretores executivos da ANDIFES e nessa reunião haviam sido tratados vários assuntos, mas dentre eles foram pontuadas algumas ações estruturantes para as Universidades Federais e dentre as ações estruturantes estava mencionada a questão do retorno da carga horária anterior das licenciaturas. A Professora relata que somente a partir deste momento é que passou-se a ter preocupação e imediatamente a professora entrou em contato com o Professor Aldo para saber se a ABRUEM estava acompanhando, se já era de seu conhecimento e até então não era. A partir disso o Professor Aldo têm buscado tanto junto ao Conselho Nacional de Educação, quanto ao Ministério da Educação mais informações. Os participantes do Evento logo tiveram acesso a este Ofício, que foi imediatamente encaminhado à Professora Marquiana, que encaminhou até chegar aos membros da UNICENTRO. A Professora Regina ressalta que a colocação anterior foi "para dizer que a gente vive nesse momento também de indefinição em relação a Resolução nº 02/2015". A professora continua sua fala abordando o posicionamento do Conselho Estadual de Educação, que se manifestou o seguinte entendimento "não dá pra revogar somente as quatrocentas horas, como foi mencionado no Fórum Nacional de Pró-Reitores". Continua sua explicação apontando o fato de não ser tão simples assim revogar as quatrocentas horas e dizer: " não, volta a quantitativa anterior. Não são mais três mil e duzentas, são dois mil e oitocentas horas". Explica que ao revogar as quatrocentas horas é revogada a Resolução como um

todo, tornando-a inviabilizada, então é esse o nosso entendimento. Não é não simplório como somente afirmar “volta ao quantitativa anterior”. A Professora Regina conta que o Conselho Nacional de Educação vêm passando por reformulações no âmbito dos seus conselheiros, fato que segundo ela será relatado posteriormente pelo Professor Aldo, que esteve pessoalmente conversando com o Professor Gilberto Garcia e com a Professora Malvina, sendo o Professor Gilberto o Presidente e a Professora Malvina já esteve na UNICENTRO. A Professora Regina ressalta que o fato de a Professora Malvina já ter visitado a Instituição, “ser nossa conhecida” e ser uma defensora da Resolução nº02/2015, tendo trabalhado arduamente para a formulação, nas discussões, assumiu agora, há quinze dias mais ou menos, a Comissão de Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação, são fatos que “nos dá uma tranquilidade”. Apesar disso a professora afirma que o que se pode dizer sobre o momento vivido é de muita indefinição, se antes o questionamento era se daria pra elastecer o prazo pra cumprimento da Resolução nº02/2015? Que era o pretendido sendo a solicitação encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, que não contasse até o dia primeiro de julho de dois mil e dezessete, mas que a gente pudesse atender já pra oferta de dois mil e dezoito, então se antes a nossa solicitação era esta, se antes a nossa dúvida era esta, em relação ao prazo pra atendimento, hoje as nossas dúvidas são maiores. Permanece o que estabelece a 02/2015? Em que ela vai ser reformulada? Quais as discussões que vão ser encaminhadas no âmbito da Comissão de Formação de Professores? O contexto Nacional é esse, o posicionamento do Conselho Estadual é este já mencionado, não entende que ocorra só a revogação das quatrocentas horas, a Resolução inteira, o espírito da Resolução toda estaria comprometido se voltar ao quantitativo anterior, mas aqui no âmbito da UNICENTRO nós continuamos com nossos GT 's e com nossas discussões. Não mais com o prazo definido, dependendo de prazos e definições do âmbito Estadual e Nacional, mas continuamos com nossa discussões que são necessárias. Precisamos discutir as Diretrizes para os nossos cursos de Graduação, aquilo que era pauta tanto nos GT's quanto pro Fórum das Licenciaturas, continua sendo pauta. Mas precisamos conversar e eu preciso ouvir vocês, ressaltou a professora Regina. No seu ponto de vista, a discussão da Graduação é uma discussão constante na Universidade, a discussão de projetos pedagógicos de curso é uma discussão constante, pensar como é que vamos trazer a extensão pro interior dos nossos currículos, como é que a extensão vai colaborar com a formação do educador é algo que precisamos discutir, a mobilidade nacional, a mobilidade interna entre cursos, a mobilidade nacional, a mobilidade internacional, a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão são questões que precisamos encaminhar. Ocorre que a reformulação da licenciatura, nesse momento, não tem prazo e nós precisaríamos aguardar decisões que são maiores e que vem do Conselho Nacional de Educação. A Professora Regina finaliza afirmando à Professora Marquiana que, a princípio, o posicionamento da Pró-Reitoria é este. O Professor Osmar solicita à Professora Marquiana um momento de atenção para abordar questões referente ao seriado anual e semestral, afirmando ser um posicionamento dele e não da reitoria, após a Professora Marquiana aceitar a solicitação, o mesmo faz as devidas saudações iniciais e dá início a sua fala esclarecendo aos presentes que sua fala não se trata de um posicionamento da reitoria e sim será baseada em sua experiência. Conta brevemente sobre sua experiência enquanto aluno, sendo sua Graduação efetuada dentro do sistema seriado, conta que no ano de 1987/1988 era chefe de departamento, foi o ano que o sistema mudou para o regime seriado anual, tendo uma sequência de discussões, enquanto chefe, muito estudo acerca do assunto que garantiram sua experiência no assunto atualmente, pois enquanto Professor da Instituição ele vivenciou os dois sistemas. O professor afirma que o sistema de matrícula por disciplinas e sistema de crédito, do seu ponto de vista pode se tornar apaixonante e muitos defendem, mas a preocupação é o ponto de vista do aluno que imediatamente se sente livre para fazer seu currículo e acaba perdendo a noção de turma, sendo cada aluno um ilha dentro da universidade o que faz com que o aluno perca a motivação. Isto fez com que optassem pela mudança anteriormente. O Professor Osmar afirma reconhecer que o sistema seriado anual é engessado e dentro da Universidade fica ainda mais engessado e por outro lado o sistema de matrícula por sistema de crédito deixa os alunos perdidos e em um comparativo o que se pode perceber claramente é: “ antes, no outro sistema, a matemática não formava nunca mais que dez alunos, depois no outro sistema começou a formar

vinte, vinte e cinco, trinta. Então, do ponto de vista do aluno, o professor acredita que o curso torna mais robusto, mais consistente, mais coeso, uma formação mais firme no sistema seriado anual. O posicionamento crítico do professor, onde critica as janelinhas de duas aulas, na opinião dele deve ser concentrada quatro aulas no mínimo para dar robustez ao conteúdo. No sistema de matrícula por disciplina e crédito ocorre os problemas de pré requisitos, os quais vão causando alguns problemas para ajustar as matrículas. Na sua opinião, o sistema atual seria o mais ideal, mais robusto. Porém, o sistema não há a flexibilidade que é tão esperada. A formação em nível de graduação é uma base que deve ser sólida ao aluno e a flexibilização o aluno pode buscar na pós graduação. Caso a universidade for mudar, primeiramente deverá fazer alteração no estatuto, visto que sem alterar não poderá ser implantada a matrícula por crédito. Ele deixou claro que essa é a sua visão. A professora Terezinha apresenta sua preocupação sobre a estrutura física, visto que somente no curso de História, precisaria de oito salas se for implantada o curso semestral, já que teriam duas entradas e duas saídas e que no campus Santa Cruz não teria o espaço necessário. O sistema Lyceum já não está comportando, já iniciou a dar problemas. O professor Osmar optou em não comentar sobre isso, mas concorda com a visão da professora, visto que ele apresentou somente a formação e a visão do aluno. Se mudar o sistema terá que praticamente dobrar a quantidade de professores e de espaço físico. A professora Marquiana coloca que na Geografia em 2002 foi optado pelo sistema semestral e na avaliação desse currículo foi alterado para o seriado, visto que no semestral permite uma pulverização temática, onde alguns docentes ofertam algumas disciplinas com interesse de formação do professor. O aluno fazia disciplinas sem ter a noção de disciplinas que seriam base para as demais. Já a semestralidade casada com o seriado não há pré requisitos. No currículo atual há algumas disciplinas que são semestrais. Ela afirma que atualmente estamos vivendo um momento muito sério e que talvez a discussão devia ser sobre a educação brasileira, já que o cenário está sendo alterado, tendo novidades como a reforma do ensino médio. Apresenta a sua preocupação acerca da palavra flexibilização, lembra muito a eficiência, eficácia, empresa. A professora Marquiana passa a palavra ao professor Aldo para apresentar algumas informações sobre as indefinições da regulação nacional, das Diretrizes Curriculares, das orientações do Conselho Estadual da Educação. Costuma-se colocar grande parte dos problemas da educação básica no País ligado ao problema da formação inicial e da formação continuada de professores na Universidade. É importante refletir sobre isso, trocando ideias, envolvendo todos os cursos de licenciaturas sobre a melhor forma da condução desse processo de formação. Ele cita algumas iniciativas anteriores tais como de estágio supervisionados que foram apresentadas algumas proposições onde temporariamente forram acolhidas pelos Conselhos Superiores e que agora foi renovado a partir do Fórum das Licenciaturas. É necessário pensar no pedagógico como um todo, fazendo grandes esforços para admitir que em alguns cursos que parecem estar fazendo bacharelado travestido de licenciatura, é uma dificuldade de ter um curso que seja do início ao fim formação de professores. É um grande desafio, pelo fato de não se opõem a formação pedagógica a uma formação de conteúdos, mas não se faz uma formação para o trabalho de docência trabalhando conteúdos em uma perspectiva de bacharelado e em seguida uma roupagem com disciplinas pedagógicas que nem sempre estão conectadas com o trabalho de conteúdo. Há uma necessidade de integrar, é um desafio e a Resolução 02/2015 buscou orientar de uma forma mais ampla. Na prática, no Paraná a Universidade que mais avançou no tratamento específico foi a Unicentro, onde o professor Aldo afirma ter tomado conhecimento por meio da sua participação no Conselho Nacional da Educação percebendo que nas demais universidades ainda há a formação em Y, ou seja, onde em certo período o aluno escolhe se quer cursar o bacharelado ou a licenciatura. No ponto de vista da Resolução esse modelo está extinta desde 2002. Há uma discussão no Conselho Nacional da Educação essa questão frente a prática das demais universidades e essa resolução número 02/2015, reforça essa concepção de 2002, mas ao trabalhar uma redação diferente, particularmente no artigo onze que trata da licenciatura e bacharelado não deixou muito claro a relação entre a licenciatura e o bacharelado. Na segunda semana de setembro ele teve a oportunidade de conversar com a Professora Malvina Tutman, do CNE, a qual está encarregada de responder as dúvidas acerca da Resolução número 02 de 2015, onde ela foi muito clara sobre a necessidade dos cursos de licenciaturas serem projetos

com identidade própria que podem articular-se ao bacharelado, a outros cursos de licenciaturas e cursos técnicos. De acordo com a prof. Malvina, a comissão iria rediscutir essa questão pra ver de que forma poderia ser escrito, tornando mais clara para não pairar dúvidas para que nas universidades não haja cursos onde o aluno entra no curso e depois define depois entre o bacharelado e a formação docente. O que lançou maior dúvida foi um posicionamento da ANDIFES que formalizou um pedido ao CNE de que as cargas horárias das licenciaturas permanecessem em duas mil e oitocentos horas e que não aconteça a elevação para três mil e duzentas horas. Ele coloca que conversou com a Professora Angela, presidente da ANDIFES, onde informou que não tem conhecimento desse documento, já que ela assumiu a presidência no final do mês de julho e o documento havia sido assinado pelo presidência anterior, mas disse que ela tinha conhecimento da discussão no âmbito do Conselho de Pró Reitores das Instituições Federais de que o atendimento das três mil e duzentas horas geraria uma série de problemas, tais como o impacto com as contratações de docentes e que havia uma acolhida dessa demanda pela SESU. O professor Paulo Baroni já se posicionou contra a elevação da carga horária mínima, há um pedido das instituições federais permaneçam em duas mil e oitocentas horas. Há um grupo de instituições privadas, tratando como negócio, elevar a carga horária é prejuízo. Algumas instituições privadas que fazem cursos em três anos e com a elevação da carga horária e a resolução exigindo que o tempo mínimo seja quatro anos, tende a ser um complicador. No âmbito da ABRUEM não ocorreu ainda essa discussão, o redimensionamento proposto demanda uma carga horária maior. Por outro lado, há uma tendência internacional, sofrida no Brasil, de diminuição do tempo de sala de aula do estudante em sala de aula e maior tempo de trabalho individual, onde há em outros países a carga horária de sala de aula é menor do que no Brasil. Em conversa com a Professora Malvina, disse que a carga horária foi a última coisa pensada na resolução. Inicialmente, foi discutido como imaginava que devia ser a formação de professores, foi estruturado a regulamentação e ao final a discussão foi questionado para fazer isso, cabe dentro das duas mil e oitocentas horas que existe hoje? Daí surgiu a possibilidade de alterar para três mil e duzentas horas. Caso haja necessidade de retroceder, a resolução deverá ser discutida novamente. Ela se manifestou contrária a diminuição da carga horária. Outra questão na opinião do Professor Aldo é que a Resolução 02/2015 minimamente irá reduzir as duas mil e oitocentas horas, talvez com possibilidade de ser toda reformulada. Ele questiona como um Fórum da Licenciaturas irá trabalhar com todas essas indefinições, onde ele coloca que será estendido o prazo para o atendimento da resolução, ou seja, o prazo não será mais setembro de dois mil e dezessete, onde essa definição de prazo será no mês de outubro. Afirmando que o mais prudente nesse momento em conversa com a Prof. Regina e a Karen, é não acelerar as discussões internas sobre as reformulações dos Projetos Políticos Pedagógicos. Existe uma questão da regulação nacional que vincula e que precisa ser atendido. Porém, não quer dizer que deve parar as discussões, mas não há necessidade de acelerar para o atendimento do prazo. Ele afirma estar correndo o risco do prazo ser mantido, mas está no direito da Unicentro atrasar um pouco, já que não temos mais cursos de bacharelados e licenciaturas serem juntos. Dado a esse cenário de possibilidade de mudanças, adotar uma postura de estabelecer nossos prazos, no ritmo das discussões do Fórum das Licenciaturas. O professor Aldo diz que sua participação é informar que estamos num momento de indefinições e de falta de rumos para serem seguidos, por isso frente a esse cenário devemos nós estabelecer nossos prazos e rumos, continuar discutindo a evasão, a formação de professores do início ao fim, para que o curso tenha uma identidade própria, entre outros temas. O professor Aldo finaliza, dizendo que os rumos dos Projetos Políticos Pedagógicos não devem destoar das Diretrizes Nacionais, mas o grau de autonomia diante a isso continuam. A professora Joyce diz que é um alívio, visto que há a discussão da Medida Provisória, onde não se sabe como ficará ao ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular, terá a segunda revisão cheia de problemas. Para ela, é complicado pensar em prazos para pensar as licenciaturas com essas indefinições do próprio mercado de trabalho onde os alunos irão atuar está impossível. O professor Aldo concorda com a Professora Joyce e diz que não inseriu em sua fala a reforma do ensino médio, onde na medida provisória altera a LDB. A Professora Terezinha coloca que no Departamento de História ocorreu uma consulta aos alunos após a resolução, onde foi verificado uma reivindicação,

colocando a importância da continuidade das discussões para uma possível alteração da grade do Curso. O professor Saulo, coloca a importância da inversão das prioridades na discussão, visto que todas as indefinições no contexto nacional se convergem para a desvalorização da licenciatura, sendo que na MP ela consta como uma formação alegórica, tendo um saber notório. A redução da carga horária vem complementar essas medidas, não precisa investimentos em algo que pode ser realizado por qualquer um tendo um saber notório. Há necessidade de discutir essas medidas que estão sendo tomadas e tomar um posicionamento frente a isso e o Fórum enquanto universidade deve se posicionar frente a tudo isso que está ocorrendo. O Professor Aldo concorda que o Fórum deve discutir, onde ocorrerá um Fórum da ABRUEM de dezenove a vinte e dois de outubro, onde a Professora Regina participará dessas discussões sobre as questões da carga horária. Sendo assim, é necessário essas discussões para que a Professora Regina possa ter a posição da Universidade acerca dessas questões e apresentá-las na reunião. O Professor Aldo afirma que o Fórum tem o apoio da reitoria sobre os trabalhos realizados. A professora Marquiana toma a palavra e apresenta que o que está ocorrendo é uma violência moral, social e econômica, cultural. É moral por causa do Plano Nacional da Educação que teve uma grande discussão, possui um projeto no país de mais de dez anos de horizontes de trabalho. Ela coloca sua posição política onde não se deve negar a Resolução 02/2015, visto que se negar estará negando o Plano Nacional da Educação, isso é enfraquecer o posicionamento político do Plano Nacional da Educação e isso independe a quantidade da carga horária. A realidade hoje é uma pessoa assumir uma gestão, negando toda a caminhada realizada. Ela coloca, que tem acompanhado algumas iniciativas individuais de Irati e de alunos do curso de Geografia do Cedeteg que irão promover falas sobre a reforma do ensino médio. Enquanto fórum, é necessário realizar essas discussões coletivas em instituições, possui um papel mais estruturante do ponto de vista da democracia brasileira. Apresenta as questões mais problemáticas tais: 1. esse conhecimento notório que faz parte da lei e que a mídia brasileira está alinhada num projeto político de país, sendo que há uma intencionalidade bem clara, ela é negligenciada. 2. o que irá impactar da educação básica e em em nós indiretamente? O aluno faz um ano e meio de ciências humanas, ciências da natureza e linguagens e no segundo ano e meio ele escolhe caminhos. Então começa a dizer que não há profissionais para todas essas áreas, por isso que tem o conhecimento notório. E isso é uma farsa. Há pesquisas que comprovam que tem professores para atender todas as áreas, onde somente a área de física que faltam professores, visto que esse professor não trabalha na área, pois ele não vê expectativa de valorização, eles se formam, mas não exerce a profissão. O Fórum neste momento, deve discutir a valorização do professor, o posicionamento diante dos documentos que estão postos. Na reunião do dia treze de outubro cada curso traz os posicionamentos de cada departamento que discutiu, fazendo um posicionamento institucional e uma discussão sobre o que a reforma do ensino médio implica. Em Irati terá um debate sobre a Medida Provisória. A Professora Daniela comenta sobre a reportagem que consta na capa da Revista Veja que conta um lápis com o título “reviravolta na escola, o governo lança uma Medida Provisória que sepulta o modelo falido” ou seja, que põe no lugar um modelo mais flexível. Esse termo é importante, ao cuidar no uso para não dizer que está indo ao encontro do que o governo está propondo, mesmo sem refletir. Ao mesmo tempo mais flexível e atraente para o aluno. A professora Marquiana sugere a realização de um debate, convidando representantes para a participação dessas discussões. O professor Clodogil coloca que o Professor Osmar sinalizou uma experiência profissional da flexibilização do currículo, de pensar bem sobre a questão da retomada de créditos, onde coloca que na Universidade do Mato Grosso e a Federal são semestrais. Se as disciplinas que a MP colocam como caminhos facultativos fazem falta? Como se a formação crítica dependesse somente de matemática e português. Que tipo de idiotas serão formados? Desta forma, serão reduzidos a formação do sujeito a um grupo de disciplina que meramente tem caráter instrumental. Precisamos colocar uma identidade própria e não somente preparatória para etapas posteriores. Ainda sugere ouvir um áudio que está disponibilizado na internet do Professor Renato Janine Ribeiro, onde ele se posiciona contrário a essa medida provisória defendendo que os componentes curriculares do ensino médio devem permanecer, mas não de forma isolada como acontece hoje, mas deve ocorrer de forma articulada. A professora Marquiana finaliza a reunião

apresentando que a discussão do currículo irá continuar e que há um reconhecimento da necessidade de mudança na estrutura. A sociedade está sendo convencida que tudo o que foi feito até agora está errado e que será flexibilizado, que o estudante vai trabalhar, ele terá uma profissão. A questão é responder que sociedade que nós queremos? Nada mais havendo a tratar eu, Lesete Kaveski Rutecki lavrei a presente ata que segue assinada por mim e demais participantes.